

O COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO MARAPANIM NO ESTADO DO PARÁ

Francisco Emerson Vale Costa[1], Edson Vicente da Silva[2], Jefferson Mota Moraes[3]

RESUMO

O Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Marapanim, instituido em 3 de setembro de 2019, por meio do Decreto Estadual nº 288, foi o primeiro comitê de bacia criado no estado do Pará. Dessa forma, este estudo tem como objetivo apresentar informações sobre o processo histórico de criação desse instrumento de gestão, conforme previsto na Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei Estadual nº 6.381/2001) e em conformidade com a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997). A pesquisa foi de caráter descritivo, com abordagem qualitativa e levantamento bibliográfico, constituído principalmente pela consulta a artigos científicos e à legislação pertinente à temática dos recursos hídricos. É importante ressaltar que as discussões no âmbito do rio Marapanim, partem da bacia hidrográfica enquanto unidade de planejamento territorial, o que representa um avanço no estado do Pará considerando que essa perspectiva de gestão inova em relação a gestão tradicional que ocorre dentro da escala municipal, além de promover a mobilização sociedade em torno de uma agenda com demandas a partir da questão hídrica.

PALAVRAS-CHAVE: Comitê, Bacia Hidrográfica e Marapanim.

INTRODUÇÃO

A água é um elemento essencial à vida e à regulação de funções fundamentais dos ecossistemas terrestres (Barbosa, 2013). Para o ser humano, é indispensável não apenas para a sobrevivência, mas também para atividades como consumo, higiene pessoal, preparo de alimentos, limpeza doméstica, agricultura, pecuária, indústria e recreação (Franco; Castro, 2025).

Contudo, “a disponibilidade hídrica depende do equilíbrio entre a oferta e a demanda; como a água potável é um recurso limitado, o crescimento populacional e econômico tende a ampliar essa demanda, podendo gerar déficits hídricos e conflitos conforme a realidade regional” , como apontam (Franco e Castro. 2025, p. 6). Para atenuar esses conflitos instrumentos legais são instituídos para regular o uso da água de forma equitativa e orientada ao bem-estar coletivo e ambiental. Entre esses instrumentos, destacam-se os comitês de bacias hidrográficas, previstos na Lei nº 9.433/1997, cujo objetivo é promover a gestão participativa e descentralizada dos recursos hídricos, por meio da implementação de instrumentos de gestão, da mediação de conflitos e da promoção dos usos múltiplos da água na bacia hidrográfica (ANA, 2021).

Por conseguinte, o aumento da pressão sobre os recursos hídricos, decorrente do desequilíbrio entre a disponibilidade de água e as crescentes demandas populacionais e econômicas, impulsionou a criação dos primeiros comitês de bacias hidrográficas nas regiões Sudeste e Sul do Brasil. Atualmente, o país conta com cerca de 224 comitês, distribuídos entre as regiões como apresentado na (Tabela 1).

Tabela 1: CBH nas Regiões Brasileiras

Região (Total)	Unidade da Federação (UF)	Número de comitês
Norte (15)	Acre	0
	Amapá	1
	Amazonas	2
	Pará	1
	Roraima	0
	Rondônia	5
	Tocantins	6
Nordeste (51)	Alagoas	5
	Bahia	14
	Ceará	12
	Maranhão	2
	Paraíba	3
	Pernambuco	7
	Piauí	2
	Rio Grande do Norte	3
	Sergipe	3
Centro-Oeste (26)	Distrito Federal	3
	Goiás	10
	Mato Grosso do Sul	3
	Mato Grosso	10

[1] Docente no Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Pará. Belém, Pará, Brasil. E-mail: emersonvale@uepa.br
[2] Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Federal do Ceará. Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: cacauceara@gmail.com
[3] Discente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil. jefferon.mora1218@gmail.com



Sudeste (79)	Espírito Santo	14
	Minas Gerais	35
	Rio de Janeiro	9
	São Paulo	21
Sul (53)	Paraná	11
	Rio Grande do Sul	25
	Santa Catarina	17
Total Brasil	—	**224**

Fonte: ANA, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/gestao-das-aguas/fortalecimento-dos-entes-do-singreh/comites-de-bacia-hidrografica.

Como pode ser observado na (Tabela 1), a região Norte possui cerca de 15 CBH, cuja distribuição detalhada é apresentada na (Tabela 2).

Tabela 2: CBHs na Região Norte

UF	CBHs	Ano de Criação	Nº de Municípios	População	Área (km²)
Amapá	CBH do Rio Araguari	2019	11	65.039	45.262
Amazonas	CBH do Rio Tarumã	2009	1	2.045.468	1.314
	CBH Rio Puraquequara	2016	1	17.313	695
Pará	CBH do Rio Marapinin	2019	12	526.210	2.474,32
Rondônia	CBH do Rio São Miguel - Vale do Guaporé	2014	5	62.914	25.430
	CBH do Rio Alto e Médio Machado	2014	24	566.218	39.363
	CBH do Rio Jaru - Baixo Machado	2014	17	176.979	36.098
	CBH do Rio Jamari	2014	12	215.679	28.990
	CBH dos Rios Branco e Colorado	2014	8	42.996	17.702
Tocantins	CBH do Rio Manuel Alves da Natividade	2011	11	38.636	15.200
	CBH do Rio Formoso do Araguaia	2011	15	39.840	20.500
	CBH do Entorno do Lago de Palmas	2011	20	426.110	23.720
	CBH dos Rios Lontra e Corda	2013	12	212.169	7.986
	CBH dos Rios Santo Antônio e Santa Tereza	2017	8	102.438	9.443
	CBH do Rio Palma	2023	11	72.146	16.837

Fonte: IBGE, 2022; e ANA, 2023. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=35938&t=resultados; e https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/gestao-das-aguas/fortalecimento-dos-entes-do-singreh/comites-de-bacia-hidrografica. Elaborado por Franco e Castro, 2025.

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo apresentar informações sobre a criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Marapanim (CBHRM) instituido em 3 de setembro de 2019, por meio do Decreto Estadual nº 288, Sua área de atuação corresponde aos limites da bacia hidrográfica do rio Marapanim, abrangendo 12 municípios — Castanhal, Curuçá, Igarapé-Açu, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Santa Izabel do Pará, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Francisco do Pará, Terra Alta e Vigia de Nazaré —, inseridos na Unidade Hidrográfica da Costa Atlântica–Nordeste.

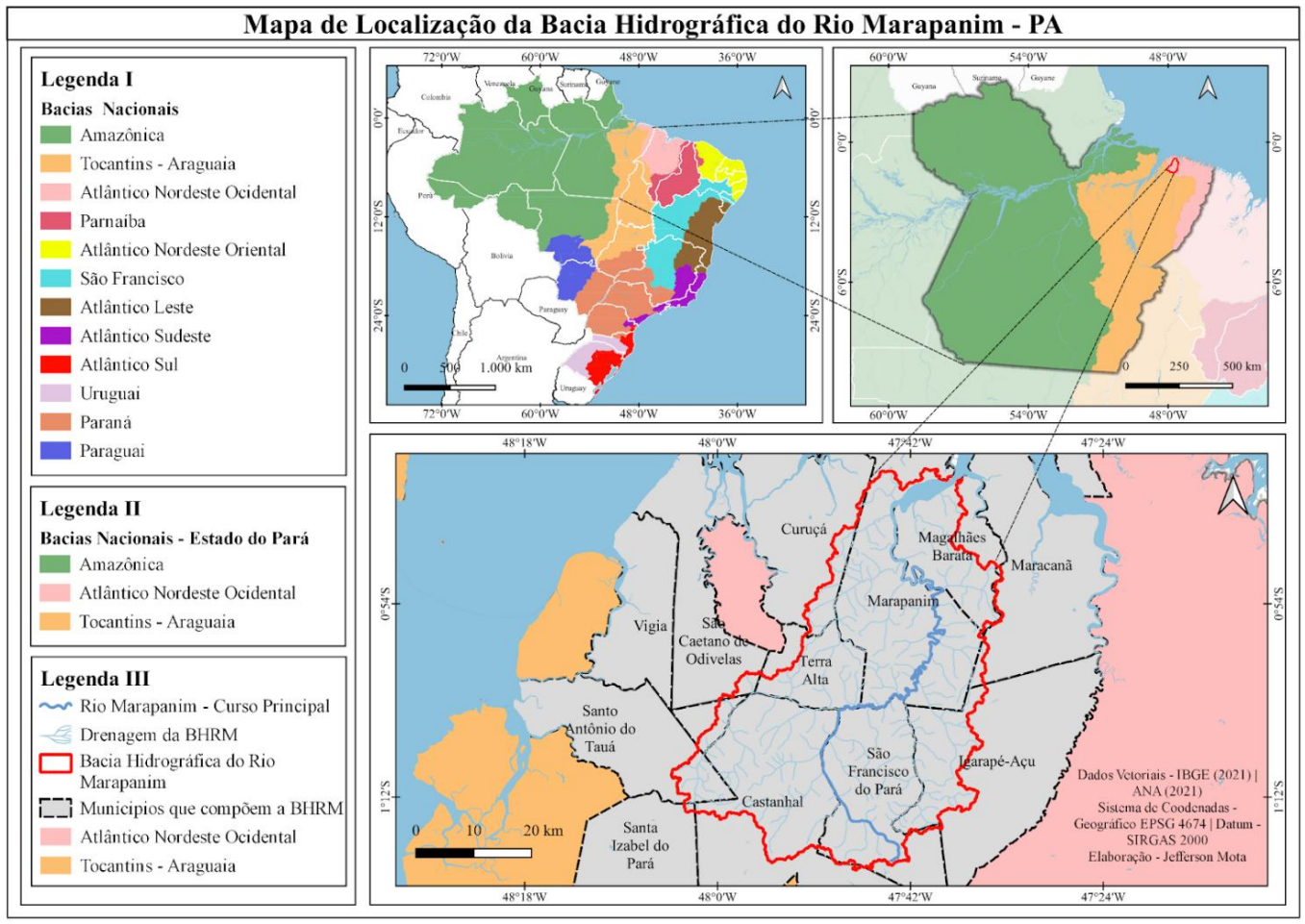
MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa e procedimento técnico-bibliográfico, baseada principalmente na análise de artigos científicos, periódicos nacionais e na legislação pertinente aos recursos hídricos. A interpretação das informações permitiu alcançar o objetivo proposto.

A bacia hidrográfica do rio Marapanim está localizada entre as coordenadas 0°32'19,075" S a 1°18'36,961" S e 47°31'45,232" W a 48°2'20,954" W (Cirilo; Almeida, 2020), apresenta uma área de drenagem de aproximadamente 2.209,77 km² (ANA, 2021) e abrange parte do território de 12 municípios do estado do Pará (Santos et al., 2020). (Figura 1).



Figura 01: Mapa de localização da bacia hidrográfica do rio Marapanim/PA



Fonte: Elaboração autores (2026)

RESULTADOS

As mobilizações iniciais relacionadas ao processo de criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Marapanim (CBHRM) no estado do Pará se intensificaram a partir de 2003, culminando, em 2015, com a instituição do Comitê Gestor da Bacia Hidrográfica do Rio Marapanim. De acordo com (Cirilo; Almeida, 2020) a criação do Comitê Gestor impulsionou a articulação entre o poder público, a comunidade e instituições de ensino e pesquisa do estado, possibilitando a realização de reuniões, seminários e oficinas (Quadro 01).

Quadro 01: Processo histórico e de mobilização de criação do CBH do rio Marapanim/PA.

Data	Ações	Características
2003	Primeiras mobilizações sociais para a criação do comitê.	Mutirão de limpeza do rio Marapanim, realizada no município de Terra Alta.
2014	Discussão comunitária sobre a questão socioambiental na bacia.	Temas: contaminação; pesca predatória; extração de areia, destruição de áreas de nascentes, assoreamento e construção de barragens.
2015	Criação do Comitê Gestor da Bacia Hidrográfica do Rio Marapanim (CBHRM)	Articulação com o poder público, com a comunidade e com instituições de ensino e de pesquisa.
2016	Realizações de 12 pré-conferências: uma para cada município.	Conservação das nascentes e dos afluentes da bacia e escolha dos representantes de cada município.
	Reunião do Comitê Gestor	Formação de Câmaras Técnicas e para organizar os encaminhamentos necessários à oficialização do comitê.
2017	Reunião do Comitê Gestor.	Para a formalização do CBH do Marapanim e para a formação dos membros do Comitê.
2018	Do Comitê Gestor da Bacia Hidrográfica do Rio Marapanim (CBHRM) para o CERH/PA.	Documento em Off 12/18 – à formalização do Comitê, de acordo com as exigências da Resolução nº 16/2018 do CERH/PA.
28/04/ 2019	Reunião do CERH/ PA.	Publicação do Decreto Estadual nº 288, que instituiu oficialmente o CBH do rio Marapanim, o primeiro comitê de bacia do estado do Pará.
29/10/ 2019	Reunião do CERH/PA,	Nomeação do presidente e o vice-presidente do comitê.

Fonte: Elaboração autores (2026) com base em (Cirilo e Almeida, 2020).

Assim, no contexto da gestão de recursos hídricos no Pará, o Decreto Estadual nº 288, de 3 de setembro de 2019, instituiu o primeiro comitê de bacia hidrográfica do estado: o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Marapanim (CBHRM).



Sua área de atuação abrange partes de 12 municípios — Castanhal, Curuçá, Igarapé-Açu, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Santa Isabel do Pará, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Francisco do Pará, Terra Alta e Vigia de Nazaré.

O art. 3º do mesmo decreto estabelece as principais competências que o CBHRM deve exercer. Entre elas, destacam-se: promover o debate sobre questões relacionadas aos recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes; arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos; aprovar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia; e acompanhar o plano de proteção, conservação, recuperação e utilização dos recursos hídricos da bacia, referendado em audiências públicas. Essas ações contribuem para materializar a governança da água, garantindo a participação da população na gestão dos recursos hídricos.

CONCLUSÃO

Embora os comitês de bacias hidrográficas integrem o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, conforme o art. 42 da Lei Estadual nº 6.381/2001 (PERH), a criação do primeiro comitê no Pará ocorreu apenas 18 anos após a promulgação da lei, em 2019, com a função de promover a gestão sustentável dos recursos hídricos da bacia. Dessa forma, a efetivação do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, especialmente no que se refere à criação dos comitês de bacias, ainda é incipiente diante das demandas e desafios da gestão hídrica no estado, contrastando com a realidade de outros estados brasileiros, principalmente nas regiões Nordeste e Sudeste. Nesse sentido, é fundamental que os formuladores de políticas públicas, em parceria com outras instituições de pesquisa, promovam estudos sobre as dificuldades de implementação de comitês de bacias hidrográficas no estado do Pará.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Nataline Candido da Silva et al. **Anais I WIASB.** Campina Grande: Realize Editora, 2013. Disponível em: https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/5015. Acesso em: 19 mar. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. **Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos**, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm. Acesso em: 19 mar. 2026.

CIRILO, B. B.; ALMEIDA, O. T. de. Os limites à atuação do poder público municipal na gestão de recursos hídricos das bacias hidrográficas do rio Marapanim e do rio Itacaiúnas, estado do Pará**. Geografares**, n. 31, p. 268-292, 2020.

FRANCO, Alexsande de Oliveira; CASTRO, César Nunes de. Comitês de bacia hidrográfica na região norte: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: **Ipea,** 2025. 39 p. (Texto para Discussão, n. 3122).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Base cartográfica contínua do Brasil: BC250**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). Comitês de Bacias Hidrográficas**. Catálogo de Metadados da ANA**. Brasília: ANA, 2021. Disponível em: https://metadados.snirh.gov.br/geonetwork/srv/api/records/3c0e0c20-f6ae-4e3b-bb95-b27b61fdbbd8. Acesso em: 19 mar. 2026.

SANTOS, L. B.; BARROS, M. N. R.; COELHO, A.; FENZL, N. Análise da dinâmica do uso da terra na Bacia Hidrográfica do Rio Marapanim, Pará. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 13, n. 4, p. 1935-1952, 2020.